

VINICIUS LUMMERTZ

Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo

O Brasil entre a recessão e o progresso

O Brasil entrará em recessão em 2027? A pergunta preocupa famílias endividadadas, empresas sob crédito caro e investidores que sofrem pelo endividamento e pelos juros elevados. A recessão pode ser evitada, mas exigirá reformas e um entendimento político ausente do debate eleitoral.

O Morgan Stanley, instituição com mais de US\$ 9 trilhões em ativos de clientes, analisou os países emergentes com atenção ao Brasil. O resultado não dependerá apenas de quem vencerá as eleições, mas do caminho escolhido pelo próximo governo.

No cenário mais favorável, o Brasil enfrenta reformas difíceis e apresenta, no início de 2027, um plano fiscal confiável para controlar as despesas obrigatórias e estabilizar a dívida. O dólar recuaria para R\$ 4,50, a Selic cairia para 9,75%, o PIB cresceria 1,5% e o Ibovespa alcançaria 250 mil pontos. A dívida começaria a se estabilizar em torno de 86% do PIB em 2028.

No cenário intermediário, reformas medianas evitariam uma crise, mas não corrigiriam os desequilíbrios. O dólar ficaria em R\$ 5,25, a Selic em 11% e o Ibovespa chegaria a 215 mil pontos. Seria o gradualismo brasileiro: algum alívio, crescimento baixo e dívida ainda ascendente.

No caminho da continuidade, sem estratégia convincente, o crescimento seria de apenas 0,2% em 2027, a inflação ficaria próxima de 5%, a Selic poderia subir

para 15,5%, o dólar chegaria a R\$ 6 e o Ibovespa cairia para 130 mil pontos. A dívida ultrapassaria 100% do PIB em 2033.

Crescer 0,2% não configura tecnicamente uma recessão anual. Na vida real, seria quase isso: queda da renda por habitante, crédito proibitivo, investimentos suspensos e consumo comprimido. Qualquer choque poderia empurrar a economia para o campo negativo.

A desconfiança fiscal pressiona o dólar, alimenta a inflação, impede a queda dos juros e paralisa investimentos. Uma economia fraca torna a dívida mais difícil de controlar. FMI, OCDE, Banco Mundial e Banco Central divergem sobre a intensidade do risco, mas convergem sobre sua origem.

Há outro alarme. No Ranking Mundial de Competitividade 2026, o Brasil caiu sete posições e ocupa o 65º lugar entre 70 economias. No Índice de Liberdade Econômica, recuou da 117ª para a 134ª posição. Eles medem custo de fazer negócios, eficiência do governo, segurança jurídica e liberdade para investir. Na prática, o Brasil é hostil ao capital produtivo.

Temos baixa poupança interna. Os juros atraem os recursos disponíveis para financiar o Estado, enquanto burocracia, tributação complexa e instabilidade regulatória afastam projetos. O investimento estrangeiro poderia completar a poupança nacional, trazendo capital, tecnologia e produtividade. Mas o capital compara países, riscos e retornos.

Existem reformas com dois tempos. No curto prazo, equilíbrio fiscal, controle das despesas obrigatórias e trajetória confiável para a dívida reduziriam o risco, os juros e a ameaça de recessão. No longo prazo, reforma administrativa, simplificação regulatória, segurança ju-

rídica, abertura econômica, infraestrutura e educação elevariam a produtividade e tornariam o Brasil competitivo.

Nada disso está no centro da campanha. Discutem-se poder, nomes, alianças e antagonismos, enquanto a questão que definirá 2027 permanece lateral. Os conflitos entre os Poderes e a fragmentação política poderão sobreviver às urnas, dificultando maiorias para reformas que exigem coordenação e liderança.

As reformas dos governos Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer avançaram quando o país havia beijado a lona. Fernando Henrique enfrentou a inflação e a desorganização econômica; Temer recebeu uma economia devastada por uma recessão histórica. A gravidade abriu espaço para decisões antes impossíveis.

Não deveríamos precisar ser nocauteados novamente para reagir. Esperar a estagnação de 2027 e a deterioração da dívida para então reformar seria impor à população um sofrimento evitável. A política precisa agir antes que a realidade imponha o ajuste.

O Brasil possui alimentos, energia, petróleo, minerais, tecnologia, empresas competitivas e um grande mercado. A reorganização mundial abre uma oportunidade extraordinária, mas países também perdem oportunidades.

Nenhum país se desenvolve sem investimento, nenhum investimento se sustenta sem poupança e nenhuma poupança se transforma em produção sem confiança. Evitar a recessão é a tarefa imediata; priorizar a competitividade é o projeto nacional. Nossos maiores desafios são made in Brazil: foram criados aqui e terão de ser resolvidos por nós, brasileiros.

ARISTÓTELES DRUMMOND

Jornalista e escritor

A destruição das capitais

A desfiguração das principais cidades do Brasil, capitais em especial, se constitui em perigoso processo de sucateamento do país, com perda de qualidade de vida e afastando do turismo aos investidores estrangeiros.

Não é possível o silêncio das forças vivas da economia, política e da cultura diante da população de rua, que ocupa calçadas, praças. Intolerável a destruição de monumentos através do roubo de placas de metais para derretimento e venda, arruinando

patrimônio artístico e histórico. Uma manifestação de abandono que se reflete no ambiente de investimentos na economia, geração de emprego e na dignidade da população.

Embora o fenômeno seja mundial, no Brasil está ganhando proporções maiores, inclusive por englobar a questão da segurança pública.

A atitude irresponsável das autoridades não tem justificativa nem amparo ético, moral, social ou cultural. A agressão à população como um todo e os tolerados moradores de rua são também vítimas da indiferença e insensibilidade dos que deveriam proteger os excluídos. Alguns são doentes mentais, outros alcoólatras ou dependentes quí-

micos e outros tantos condenados que deveriam estar presos e não nas ruas.

Nestes tempos eleitorais, seria oportuna a cobrança a candidatos de uma postura justa e correta diante deste drama incompatível com uma sociedade que se propõe ser justa e ordeira.

Ocupar o centro histórico e do comércio e serviços com habitações pede responsabilidade. Apartamentos de 30 a 50 metros quadrados sem garagem podem gerar problemas no curto e médio prazo. E condomínios altos pedem garantia de recursos para manutenção de elevadores. A inadimplência faz parte da Cultura Nacional.

LIN CHIA-LUNG

Ministro das Relações Exteriores de Taiwan

Conexões em Risco

Você já parou para pensar em como a sua conexão de internet atravessa os oceanos? Longe dos olhos de todos, uma teia invisível de cabos submarinos e tubulações de energia repousa no fundo do mar, conectando continentes. Essas infraestruturas transportam quase a totalidade dos dados do planeta e garantem o funcionamento diário de bancos, redes elétricas e comunicações globais.

Nos últimos anos, uma onda de incidentes na Europa, no Atlântico Norte, na Ásia e no Pacífico acendeu o sinal de alerta entre os governos. Danos provocados por ação humana revelaram uma realidade clara: na era digital, quem controla esses fluxos invisíveis influencia o próprio funcionamento do mundo e o destino das nações. Assim, os cabos submarinos deixaram de ser meros equipamentos técnicos para se tornarem ativos estratégicos vitais da geopolítica mundial.

Nenhum lugar sente essa vulnerabilidade tão de perto quanto Taiwan. Por ser uma ilha, sua sociedade e sua economia dependem visceralmente dessas conexões para se integrar ao planeta. No início de 2025,

o rompimento de cabos em nossa costa, envolvendo navios com vínculos chineses, evidenciou a gravidade desse perigo. O episódio expôs o uso de danos à infraestrutura submarina como uma “tática de zona cinzenta”: ações hostis que causam prejuízos intencionais sem acionar abertamente um confronto militar. Uma pressão física que caminha ao lado de uma antiga pressão diplomática em que a China tenta alterar o status quo no Estreito de Taiwan e deturpa a Resolução 2758 da ONU para isolar a ilha. O risco, porém, afeta a todos: por ser um nó crucial das cadeias globais de suprimentos, qualquer interrupção nas conexões de Taiwan gera impactos sistêmicos na economia do planeta.

Para enfrentar esses riscos, Taiwan agiu com rapidez e aprovou reformas legais para reforçar a fiscalização e a proteção dessas redes. Além disso, assumiu o protagonismo internacional: em outubro de 2025, no Fórum de Segurança de Cabos Submarinos Taiwan-Europa, apresentei a Iniciativa RISK (Iniciativa de Gestão de Riscos para Cabos Submarinos Internacionais), proposta que conquistou o apoio imediato de 42 parlamentares europeus.

A Iniciativa RISK fundamenta-se em quatro pila-

res interconectados. O primeiro é a redução de riscos, focada no aprimoramento da capacidade de emergência e do suporte transnacional. O segundo é o intercâmbio de informações, voltado à troca contínua de inteligência sobre ameaças e alertas precoces. O terceiro promove a reforma sistêmica, revisando as regulamentações nacionais e internacionais frente a ameaças híbridas. Por fim, a construção de conhecimento foca na capacitação profissional e nos intercâmbios práticos entre equipes técnicas.

Para operacionalizar essa visão, Taiwan fomenta a cooperação em múltiplos níveis: político, administrativo e de inteligência. Em parceria sólida com EUA, Japão, Austrália e países europeus, busca integrar a segurança dos cabos à agenda democrática global, compartilhar informações sobre embarcações suspeitas, aplicar novas tecnologias de proteção e utilizar a Estrutura Global de Cooperação e Treinamento (GCTF).

Os cabos submarinos são bens públicos globais e linhas vitais para as sociedades democráticas. Taiwan está pronta para atuar como nó central da rede internacional de segurança, salvaguardando as artérias estratégicas que mantêm o mundo conectado.